

# Superior Tribunal de Justiça

**PExt no HABEAS CORPUS Nº 529.637 - RJ (2019/0254992-5)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE : JOSÉ MAURÍCIO MOREIRA DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : JOSÉ CARLOS MARTINS DE BRITO - RJ131878**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

## DECISÃO

**José Maurício Moreira dos Santos** ingressa com pedido de extensão da ordem concedida no Tribunal Regional Federal da 2ª Região ao corréu Paulo Sérgio do Nascimento (HC n. 5003615120194020000).

Alega o requerente (fl. 218):

O Sr. Paulo Sérgio do Nascimento, também impetrou ordem de habeas corpus (n. 500361-51.2019.4.02.0000/RJ) no mesmo Tribunal, sendo julgado no dia 17/09/2019, pela mesma Turma Especializada, acarretando na concessão da ordem e a expedição de alvará de soltura deste corréu, conforme comprovantes em anexo.

Pois bem: em que pese o artigo 580 do Estatuto Processual Penal, tratar da questão pessoal referente a extensão dos efeitos de concessão de ordem de habeas corpus, no caso em tela o Requerente possui o direito de extensão, tendo em vista as provas colacionadas aos autos, especificamente provas periciais, inframencionadas, ferindo o princípio da presunção de inocência, inclusive no que tange o art. 29 do Código Penal, percebe-se que o Requerente sequer possui contra si indícios suficientes de participação no suposto fato.

Assim, a extensão dos efeitos da concessão do habeas corpus oferecida aquele correu deve alcançar o Requerente, em que pese ter sido requerida, porém, ainda não julgada, face no dia 24/09/2019 na sessão de julgamento no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, os desembargadores Simone e Marcelo, não estarem presentes, aguardando-se desta forma nova data para julgamento.

Requer a extensão dos efeitos da ordem de *habeas corpus* concedida ao Sr. Paulo Sérgio do Nascimento ao requerente, Jose Maurício Moreira dos Santos, a fim de que cesse imediatamente o cerceamento de sua liberdade.

É o relatório.

O pedido de extensão deve ser formulado perante o Juízo que concedeu a ordem ao corréu, no caso, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o que, inclusive, já foi providenciado pelo requerente, como informa à fl. 218.

Com efeito, não cabe a esta Corte analisar pedido de extensão dos efeitos de decisão proferida pelo Tribunal de origem.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 216/229.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

